



FORTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 08.906.994/0001-11

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Em seu décimo primeiro ano de funcionamento, a Arena Fonte Nova apresentou um crescimento expressivo das suas atividades em relação ao ano de 2022. Foram realizados 50 eventos não esportivos, que levaram aproximadamente 350 mil pessoas a Arena, com destaque para shows de grandes artistas nacionais como Roberto Carlos, Titãs, Skank e Thiaguinho. A Concessionária operou 32 jogos de futebol, sendo 31 na Arena Fonte Nova e 01 no Estádio Governador Roberto Santos ("Pituaçu"), que receberam o público total de 1.061.356, com média de 33.167 torcedores, sendo a 6ª maior média do futebol brasileiro em 2023. Ao todo foram mais de 1.400.000 usuários presentes na Arena, em 82 eventos esportivos e não esportivos, que corresponde a uma média superior a 17 mil pessoas e frequência de ocupação do equipamento de um evento a cada 4,5 dias. O ano de 2023 marcou o lançamento do projeto Centro de Treinamento de Campeões, que visa promover a iniciação esportiva de crianças e adolescentes do entorno da Arena nas modalidades de jiu-jitsu, capoeira e boxe, além de aulas de defesa pessoal para mulheres. A 5ª edição do Fonte de Natal registrou a presença de mais de 4 mil crianças e familiares e contou com apresentações musicais, brinquedos infláveis e distribuição de lanches e brinquedos, consolidando-se na agenda de eventos natalinos da cidade. No segundo semestre de 2023, a Concessionária iniciou a execução dos projetos de expansão do Lounge Premium e implantação de um camarote all-inclusive no setor Mirante, ambos implementados no 1º trimestre de 2024, visando atender a demanda dos usuários de aumento da capacidade de setores VIP's da Arena. Além disso, a Companhia firmou novo contrato de Naming Rights e a partir de 2024 passará a se chamar Casa de Apostas Arena Fonte Nova. Salvador, 28 de março de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2023		01/01/2022		Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023		01/01/2022	
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	44.407	46.689	30.408		Fornecedores		1.098		176	771
Contas a receber	7	33.737	28.133	26.317		Empréstimos e financiamentos	11	39.395	38.007	36.669	6.739
Ativo financeiro da concessão	8	101.513	93.892	89.345		Debêntures	12	8.290	8.822	6.739	4.181
Adiantamentos a fornecedores		7.883	96	208		Obrigações tributárias		2.578	2.574	4.181	4.181
Tributos a recuperar	10	9.660	4.616	4.220		Obrigações sociais e trabalhistas		6.010	3.719	3.534	12.237
Outros ativos		1.410	1.235	1.920		Dividendos a pagar	16c	6.441	472	7.123	472
		198.610	174.661	152.418		Provisão de manutenção - contrato de concessão	14	13.505	29.507	-	-
						Receitas diferidas	7	2.655	3.945	2.336	2.336
						Outros passivos		12.938	10.630	3.924	3.924
								92.910	97.852	70.391	70.391
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber	7	29.958	45.575	45.185		Empréstimos e financiamentos	11	39.087	77.997	115.411	115.411
Ativo financeiro da concessão	8	377.618	474.044	550.891		Debêntures	12	-	8.271	17.026	17.026
Títulos e valores mobiliários	9	26.511	29.010	25.682		Tributos sobre contraprestação	13	75.475	89.561	99.762	99.762
Tributos a recuperar	10	10.826	14.157	17.488		Tributos diferidos	13	77.867	87.402	91.773	91.773
Créditos tributários	13c	22.078	23.876	26.940		Provisão de manutenção - contrato de concessão	14	29.255	40.450	66.178	66.178
Outros ativos		2.538	3.708	1.016		Receitas diferidas	7	7.693	10.382	2.536	2.536
Imobilizado		774	796	916		Contingências e provisões judiciais	15	1.621	2.030	734	734
Intangível		5.445	9.222	1.105		Outros passivos		897	6.650	1.114	1.114
		475.748	600.388	669.223				231.895	322.743	394.534	394.534
						Patrimônio líquido	16	175.141	170.141	147.141	147.141
						Capital social		174.412	184.313	209.575	209.575
						Reservas de lucros		349.553	354.454	356.716	356.716
Total do ativo		674.358	775.049	821.641		Total do passivo e do patrimônio líquido		674.358	775.049	821.641	821.641

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros de Lucros a realizar		
Em 1º de janeiro de 2022 - reapresentado	147.141	17.811	9.228	99.380	83.156	356.716
Aumento de capital	23.000	-	-	(23.000)	-	-
Realização reservas de lucros a realizar	-	-	-	8.372	(8.372)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	(1.790)	(1.790)
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos distribuídos (nota 14 b)	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos (nota 14 c)	-	-	-	-	(472)	(472)
Reversão de reservas (nota 14 b)	-	-	-	(2.262)	2.262	-
Em 31 de dezembro de 2022 - reapresentado	170.141	17.811	9.228	82.490	74.784	354.454
Aumento de capital (nota 16 a)	5.000	-	-	(5.000)	-	-
Realização reservas de lucros a realizar	-	-	-	9.399	(9.399)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	6.067	6.067
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos distribuídos (nota 15 b)	-	-	(9.228)	(299)	-	(9.527)
Dividendos Propostos (nota 15 c)	-	-	-	-	(1.441)	(1.441)
Constituição de reservas (nota 15 b)	-	303	-	4.323	(4.626)	-
Em 31 de dezembro de 2023	175.141	18.114	9.228	90.913	65.385	349.553

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Pública Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluam a exploração de atividades pertinentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital nº 001/2009. A Companhia é controlada em conjunto pela Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial ("NPP") e pela E² Arenas S.A. ("E² Arenas") e tem sede em Salvador-BA. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em cumprimento ao artigo 15º, alínea "G" do Estatuto Social em 28 de março de 2024. (a) **Recuperação Judicial - Grupo METHA** - Em decisão proferida pelo Juízo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023		2022	
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida	17	67.959	58.239		
Custo operacional	18	(25.695)	(13.186)		
Lucro bruto		42.264	45.053		
Despesas operacionais		(34.751)	(30.667)		
Despesas gerais e administrativas	19	(34.751)	(30.667)		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		-	1.811		
Lucro operacional		7.513	16.197		
Resultado financeiro	20	(14.867)	(21.111)		
Receitas financeiras		9.797	8.905		
Despesas financeiras		(5.070)	(12.206)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.443	3.991		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	13c	(4.325)	(7.444)		
Imposto de renda corrente		7.012	3.213		
Imposto de renda diferido		(1.587)	(2.707)		
Contribuição social corrente		2.524	1.157		
Contribuição social diferido		6.067	(1.790)		
Resultado do exercício		6.067	(1.790)		
Lucro básico por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R\$)	21	0,04	0,01		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023		2022	
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Resultado do exercício	6.067	(1.790)		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Resultado bruto	6.067	(1.790)		

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da comarca de São Paulo, estado de São Paulo, no dia 03 de março de 2020 e transitada em julgado em 20 de setembro de 2021, foi decretado o encerramento do processo de Recuperação Judicial do antigo Grupo OAS (atual Grupo METHA), cujo processamento foi iniciado em 1º de abril de 2015, após serem cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de fiscalização, então em vigor. Em 17 de outubro de 2023, a Metha S.A., em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) piora do cenário macroeconômico, sobretudo no setor de infraestrutura e que frustrou o plano de negócios das sociedades; e (ii) aumento nos custos dos insumos e das matérias-primas no setor de construção, agravando o desequilíbrio no planejamento econômico-financeiro traçado anteriormente; alijou, perante o Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 8139252-58.2023.8.05.0001, em conjunto com suas controladas, KPE Performance em Engenharia S.A., Certha Investimentos S.A., E2 Arenas S.A., Megha Infraestrutura S.A., Alpha 3 Participações S.A., G.O. Participações S.A., e OAS Restructuring (BVI), em conjunto doravante denominadas "Companhias em recuperação", nos termos da Lei de Recuperação Judicial. Em 31 de outubro de 2023, foi proferida decisão deferindo o processamento do pedido de recuperação judicial. As Companhias em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Conforme previsto na Lei nº 11.101/05, a Metha S.A. e demais empresas envolvidas deverão apresentar um plano de recuperação judicial no prazo de até 60 dias contados da publicação da decisão de deferimento da Recuperação Judicial, o qual, sofrendo objeção

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023		2022	
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.443	3.991		
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício					
Depreciação e amortização		4.726	4.564		
Provisão para contingências de liquidação duvidosa	7	161	(465)		
Provisão para contingências Atualização do ativo financeiro	8	(14.817)	(25.646)		
Ajuste a valor presente		1.154	(750)		
Juros e apropriação dos custos de captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo		11.123	15.382		
Atualização da provisão de manutenção - contrato de concessão		2.310	3.779		
Caixa aplicado antes das variações de capital circulante operacional		7.822	855		
Varição dos ativos e passivos:					
Contas a receber		4.719	8.464		
Ativo financeiro		103.622	97.946		
Tributos a recuperar		(1.713)	2.935		
Fornecedores		(6.865)	(483)		
Provisão de manutenção - contrato de concessão		(29.507)	-		
Impostos e contribuições		(10.745)	(11.515)		
Outros		(3.581)	11.531		
Caixa gerado pelas operações		63.752	109.733		
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11 e 12	(10.346)	(14.334)		
Pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(5.159)	(7.196)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		48.247	88.203		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		2.499	(3.328)		
Adições ao imobilizado		(67)	(37)		
Adições ao intangível		(859)	(12.524)		
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		1.573	(15.889)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização de principal	11e12	(47.102)	(43.796)		
Dividendos pagos		(5.000)	(12.237)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(52.102)	(56.033)		
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício		46.689	30.408		
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício		44.407	46.689		
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(2.282)	16.281		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023		2022	
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	1.573	(15.889)		

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

de qualquer credor, deverá ser aprovado em assembleia geral de credores, a ser convocada nos termos da Lei de Recuperação Judicial. (b) **Recuperação Judicial - Grupo Novonor** - Em 17 de junho de 2019, a NPP, controladora direta da Companhia, juntamente com sua controladora indireta NPINV, a controladora indireta Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial ("Novonor") e outras 17 empresas do Grupo Novonor, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 22 de abril de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da Novonor, NPINV e de outras 10 empresas do Grupo Novonor, não incluindo a NPP, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 3 de agosto de 2020, o referido Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em 15 de outubro de 2020, o plano de Recuperação Judicial da controladora NPP foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 22 de janeiro de 2021, o plano foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Paulo. Ao longo dos anos 2020, 2021 e 2022 todas as demais empresas restantes tiveram seus planos aprovados e homologados. **(c) Acordo de Leniência - Grupo METHA** - A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram, em 14 de novembro de 2019, Acordo de Leniência com o Grupo METHA, investigado no âmbito da Operação Lava Jato. Em função deste acordo, o Grupo assumiu o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257, em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047. O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas. Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública. **Acordo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)** - A Construtora COESA (atual denominação da Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) celebrou, no total, dez Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R\$ 310.174 em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic. As obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeadas pela Metha S.A. - Em Recuperação Judicial. **(d) Acordo de Leniência - Grupo Novonor** - Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. ("Braskem"), que celebrou acordo individual. O acordo firmado com o MPF é parte de um Acordo Global, coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no âmbito do qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, se compromete a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.800.000, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, valores estes reajustados pela taxa SELIC simples. O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Novonor a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior. Cabe ainda ressaltar que, em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Lava Jato, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor e suas controladas. Em 09 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União pelo qual se comprometeu a pagar, em vinte e dois anos, o valor total de R\$ 2.700.000, valor esse que deverá ser abatido dos R\$ 3.800.000 ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF. Em suas operações no exterior, o Grupo Novonor e suas controladas seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração/leniência. Até o presente momento, no âmbito do Grupo Novonor, já foram firmados acordos com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru, além das autoridades americanas, suíças e brasileiras. Monitores Independentes atuaram no Grupo Novonor, tendo como principal objetivo confirmar que a Novonor e suas controladas estão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. O processo de monitoramento teve início em fevereiro de 2017 e encerrou em novembro de 2020. A diretoria entende que possíveis efeitos dos Acordos de Leniência do Grupo Novonor não deverão afetar significativamente a Companhia. **(e) Contrato de concessão** - A Companhia é parte de um Contrato de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE e a Companhia. O prazo original da concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013. A concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Consequentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que a integram. Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Companhia, a contraprestação mensal, a ser paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término em março de 2028. Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP n. 02/2010 firmado com a Companhia, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP n.º 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demanda. Da mesma forma, não foram cautelamente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Companhia em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores. Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, a diretoria da Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo. Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão para passivos ou registrado impairment de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo. A Companhia e o Poder Concedente celebraram em outubro de 2021 o Termo Aditivo nº 5 ao contrato de PPP ("5º Aditivo" ou "aditamento"). Fundamenteado pelo Estudo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro realizado pelo Banco Fator, o 5º Aditivo estabeleceu a emissão de empenho direto em nome dos Credores ("Empenho Direto"), para

amortização parcial da dívida dos financiamentos firmados no âmbito da Concessão. A operação do Empenho Direto culminou com a redução do valor da Contraprestação Pública devida pelo Poder Concedente à Concessionária, que passou de R\$ 180,9 milhões para R\$ 102,3 milhões anuais. Não houve alteração do prazo de pagamento da contraprestação pública. O aditamento estabeleceu também a redução do prazo da concessão, que passou de 35 anos para 18 anos e 02 meses, encerrando-se em 31 de março de 2028. Como resultado da controvérsia acerca do mecanismo de Compartilhamento de Risco de Demanda, a qual motivou a Glosa do pagamento da Contraprestação da competência janeiro de 2018, o 5º Aditivo estabeleceu a devolução do valor glosado, bem como o pagamento, a favor da Concessionária, referente ao Risco de Demanda Compartilhado, conforme apurado em Peritagem técnica elaborada pela Ernst & Young. Por fim, foi estabelecido que a Concessionária deverá compartilhar 10% das Receitas Operacionais Líquidas auferidas anualmente com o Poder Concedente a partir da assinatura do termo aditivo. **(f) Impactos da Pandemia de COVID-19** - O ano de 2022 iniciou com expressivo aumento dos casos de Covid-19 em todo o país, o que acarretou a adoção de medidas restritivas pelas autoridades competentes, dentre as quais a ampliação da limitação de público em eventos e jogos. Tais medidas acarretaram o cancelamento de eventos agendados para os meses de janeiro a março, assim como a retomada de outras atividades comerciais como por exemplo o Tour Guiado, a Arena Gamer, entre outros serviços. No entanto, já a partir de março, foram canceladas as restrições de limitação de público em jogos e eventos. Desde então, foi observado o aumento da demanda para realização de eventos, bem como de outros projetos e atividades realizadas na Arena.

2 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente. **2.1. Declaração de conformidade (com relação aos pronunciamentos do CPC)**

- As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente, que no reconhecimento inicial representa seu valor justo. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Asquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa** - O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.3. Ativos financeiros - 2.3.1. Classificação e mensuração** - A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Em seguida, a mensuração passa a ser pelo custo amortizado por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os principais ativos financeiros da Companhia são, (i) caixa e equivalente de caixa, (ii) contas a receber, (iii) ativo financeiro do concessão e (iv) títulos e valores mobiliários. **2.3.2. Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda esperada por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui evidências de ativos cujo valor recuperável foi inferior aos montantes registrados contabilmente e constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), divulgada na nota explicativa nº 7. **2.3.3. Contas a receber** - As contas a receber são, inicialmente, mensuradas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão (*impairment*) para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, quando necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são originadas por: **(a)** Faturamento da contraprestação mensal, a partir da data oficial de entrega da Arena (abril de 2013), dos direitos decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE; **(b)** Compartilhamento do Risco de Demanda (nota 1 f); **(c)** Locação de camarotes, locação de espaços e estacionamento; **(d)** Parcelas do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.; Pagamentos através de cartões de crédito, referente a venda de camarotes e bilheteria de jogos. **2.3.4. Ativo financeiro da concessão** - Refere-se à parcela dos direitos a faturar/receber decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos serviços de reconstrução da Arena Fonte Nova decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OSCP 05 - Contrato de Concessão. O ativo financeiro está

segregado entre o ativo circulante e não circulante com base na expectativa de recebimento das contraprestações pelo Poder Concedente. O ativo financeiro da concessão é reconhecido inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa efetiva de desconto (TIR - taxa interna de retorno). **2.3.5. Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários ("TVM") são inicialmente registrados pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. **2.4. Tributos a recuperar** - Referem-se substancialmente a créditos da contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre insumos e serviços de construção, adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, bem como de impostos e contribuições retidas sobre faturamento e aplicações financeiras a serem compensados com os tributos devidos. **2.5. Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. **2.6. Provisões** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação, e o seu valor tenha sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva e são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos são registrados como despesa no período em que são incorridos. **2.8. Tributos sobre contraprestação** - Os impostos e contribuições diferidas representam a aplicação de ISS, PIS e COFINS, sobre receita de construção e as receitas diferidas decorrentes do Contrato de PPP, além de contribuição social e o imposto de renda incidentes sobre a margem de lucro relativa à construção. **2.9. Receitas diferidas** - Referem-se às receitas de patrocínio, locação de camarotes e locação de espaços, segregadas entre passivo circulante e não circulante, a serem apropriadas com base na vigência dos contratos, pelo regime de competência. **2.10. Tributação - 2.10.1. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes** - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real anual, com antecipação mensal, aplicando-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 por mês, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. A diretoria periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **2.10.2. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos** - Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos sobre a renda diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.11. Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir: **(a) Receita operacional** - A receita operacional é reconhecida mensalmente pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (partidas de futebol, camarotes, estacionamento, quiosques/lançonetes, espaços para realização de eventos e para fins publicitários), patrocínio e da realização de eventos pela Arena Fonte Nova. **(b) Atualização do ativo financeiro da concessão** - A receita de atualização do ativo financeiro (nota explicativa nº 2.3.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo, descontada a valor presente pela taxa interna de retorno efetiva sobre o montante do fluxo de caixa do contrato. **(c) Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Provisão de manutenção - contrato de concessão** - As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico

claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(i) Atualização do ativo financeiro** - Na apuração do valor justo do ativo financeiro a Companhia utilizou a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as entradas e saídas de caixa do contrato de concessão. **(ii) Ajuste a valor presente** - Para as contas a receber de longo prazo a Companhia calcula o valor presente desses recebíveis descontados a uma taxa de 8,54% a.a. A apropriação desses saldos no resultado do exercício é realizada em bases mensais, considerando os vencimentos das parcelas.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro - A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. **(a) Exposição a risco com taxa de juros** - A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da taxa Selic. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. **(b) Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pelo departamento de tesouraria. **(c) Risco de crédito** - O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

4.2. Gestão de capital

	2023	2022
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	86.772	133.097
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	(70.918)	(75.699)
Dívida líquida	15.854	57.398
Total do patrimônio líquido	349.553	354.454
Total do capital	365.407	411.852
Índice de alavancagem financeira - %	4%	14%

A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **4.3. Instrumentos financeiros por categoria** - A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	44.407	46.689
Contas a receber	63.695	73.708
Ativo financeiro da concessão	479.131	567.936
Títulos e valores mobiliários	26.511	29.010
	613.744	717.343
Passivos financeiros		
Circulante		
Fornecedores	1.098	176
Empréstimos e financiamentos	78.482	116.004
Debêntures	8.290	17.093
	87.870	133.273

5 REPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A diretoria da Companhia está representando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em função de ajustes de competência de exercícios anteriores que foram contabilizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esses ajustes estão sendo apresentados retrospectivamente em conformidade com o NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Os ajustes estão relacionados ao reconhecimento de forma retrospectiva das provisões de manutenção para entrega do ativo de concessão ao poder concedente a um nível específico de operacionalidade e retificação da segregação do ativo do contrato de concessão entre circulante e não circulante. As modificações registradas produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados:

5.1. Balanço patrimonial ajustado em 31 de dezembro de 2022:

	01/01/2022			31/12/2022		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Outros ativos circulantes	63.073	-	63.073	80.769	-	80.769
Ativo financeiro da concessão	113.861	(24.516)	89.345	120.579	(26.687)	93.892
	176.934	(24.516)	152.418	201.348	(26.687)	174.661
Não circulante						
Outros ativos não circulantes	118.332	-	118.332	126.344	-	126.344
Ativo financeiro da concessão	526.375	24.516	550.891	447.357	26.687	474.044
	644.707	24.516	669.223	573.701	26.687	600.388
	821.641	-	821.641	775.049	-	775.049
Total do ativo						
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Outros passivos circulantes	70.391	-	70.391	68.345	-	68.345
Provisão de manutenção - contrato de concessão	-	-	-	-	29.507	29.507
	70.391	-	70.391	68.345	29.507	97.852
Não circulante						
Outros passivos não circulantes	328.356	-	328.356	282.293	-	282.293
Provisão de manutenção - contrato de concessão	-	66.178	66.178	-	40.450	40.450
	328.356	66.178	394.534	282.293	40.450	322.743
	422.894	(66.178)	356.716	424.411	(69.957)	354.454
	821.641	-	821.641	775.049	-	775.049

5.2. Demonstração do resultado ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	31/12/2022		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	58.239	-	58.239
Custo operacional	(13.186)	-	(13.186)
Despesas gerais e administrativas	(30.667)	-	(30.667)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.811	-	1.811
Lucro operacional	16.197	-	16.197
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	8.905	-	8.905
Despesas financeiras	(17.332)	(3.779)	(21.111)
	(8.427)	(3.779)	(12.206)
	7.770	(3.779)	3.991
	(5.781)	-	(5.781)
	1.989	(3.779)	(1.790)

5.3. Demonstração do resultado abrangente ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	31/12/2022		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Resultado do exercício	1.989	(3.779)	(1.790)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado bruto	1.989	(3.779)	(1.790)

5.4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social integralizado	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Realização de investimentos	Reserva de Lucros a realizar	Reserva de Lucros a realizar		
Em 1º de janeiro de 2022 - publicado	147.141	17.811	9.228	165.558	83.156	-	422.894	
Ajustes	-	-	-	(66.178)	-	-	(66.178)	
Em 1º de janeiro de 2022 - reapresentado	147.141	17.811	9.228	99.380	83.156	-	356.716	
Em 31 de dezembro de 2022 - publicado	170.141	17.910	9.228	152.348	74.784	-	424.411	
Ajustes	-	(99)	-	(69.858)	-	-	(69.957)	
Em 1º de janeiro de 2022 - reapresentado	170.141	17.811	9.228	82.490	74.784	-	354.454	

5.5. Demonstração dos fluxos de caixa ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	31/12/2022		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.770	(3.779)	3.991
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício	(6.915)	3.779	(3.136)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	855	-	855
Variação dos ativos e passivos:			
Ativo financeiro	97.946	-	97.946
Obrigações contratuais PPP concessão Arena Fonte Nova	-	-	-
Outros ativos e passivos	10.932	-	10.932
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	109.733	-	109.733
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota Explicativa nº 10 e 11)	(14.334)	-	(14.334)
Pagamento de IRPJ e CSLL	(7.196)	-	(7.196)
	88.203	-	88.203

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023		2022	
	Publicado	Ajustes	Publicado	Ajustes
Bancos - conta movimento	1.140	659	1.140	659
Aplicações financeiras (i)	43.267	46.030	44.407	46.689
	44.407	46.689	45.547	47.348

(i) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração entre 100% e 104% (2022 - 100% e 103%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

7. CONTAS A RECEBER

	2023		2022	
	Publicado	Ajustes	Publicado	Ajustes
Contraprestação/Compilhamento SETRE	48.986	60.063	48.986	60.063
Cervejaria Petrópolis S.A. (i)	5.385	7.752	5.385	7.752
Locação de camarotes e assentos VIP por temporada	3.865	3.818	3.865	3.818
Outros	6.600	3.055	6.600	3.055
PECLD (ii)	(1.141)	(980)	(1.141)	(980)
	63.695	73.708	63.695	73.708

(i) O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. registrado no contas a receber possui contrapartida à conta de receitas diferidas (R\$ 4.425) no passivo circulante e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. O saldo remanescente,

registrado na conta de receitas diferidas (R\$ 5.923), refere-se à apropriação dos contratos de camarotes e outras locações; (ii) Refere-se ao saldo vencido e sem expectativa de recuperação, decorrente de créditos com clientes de camarotes e locação de espaços.

8. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Refere-se à parcela dos direitos a faturar, decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE. O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:

	2023	2022
Saldo Inicial	567.936	640.236
Receita operacional da contraprestação (nota 16)	16.869	15.945
Atualização financeira	14.817	25.646
(-) Faturamento contraprestação	(120.491)	(113.891)
	479.131	567.936

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários - Financiamento (i) 24.074 26.319
Títulos e valores mobiliários - Debêntures (ii) 2.437 2.691

	2023	2022
	26.511	29.010

(i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") remuneradas a 99% (2022 - 99%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 06 (seis) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; (ii) Referem-se a aplicações em CDB remuneradas entre 99% e 100% (2022 - 99% e 100%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 3 (três) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) das debêntures.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2023	2022
PIS	2.525	3.119
COFINS	11.632	14.368
Saldo negativo imposto de renda	5.189	-
Saldo negativo de contribuição social	561	-
Imposto sobre outros faturamentos	579	1.286
	20.486	18.773

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidades	Moeda	Vencimento	2023	2022
CCB	Reais	2025	5.608	9.348
CCB - FUNDESE	Reais	2026	32.887	48.190
Financiamento - Repasse FNE	Reais	2025	40.485	59.406
			78.980	116.944

(-) Custos de captação a apropriar (498) (940)

	2023	2022
	78.482	116.004

Circulante 39.395 38.007
Não circulante 39.087 77.997

de Crédito Bancário ("CCB"), no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025. Adicionalmente, também foram liberados R\$ 323.629 através do Programa de Empreendimentos Turísticos ("PROTURISMO") do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico ("FUNDESE"), cujo vencimento final ocorrerá em 15 de janeiro de 2026. Adicionalmente foram captados recursos no total de R\$ 250.000, em contrato datado de 30 de dezembro de 2010, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e com vencimento em 28 de dezembro de 2025. (a) **Garantias** - Todos os empréstimos possuem garantias, cujo compartilhamento é regido através do compartilhamento de garantia entre os credores, conforme detalhado no quadro abaixo por empréstimo:

Modalidades	Garantias contratuais	
CCB	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.	Cíveis Fiscais Trabalhistas
CCB - FUNDESE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.	
Financiamento - Repasse FNE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.	

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo Inicial	116.004	152.080
Juros apropriados	8.582	11.633
Amortização	(38.300)	(37.065)
Pagamento de juros	(8.246)	(11.199)
Apropriação dos custos de captação	442	555
	78.482	116.004

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2023	2022
2024	-	39.078
2025	37.782	37.626
2026	1.305	1.292
	39.087	77.997

12. DEBÊNTURES

Em 22 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral. O objetivo dessa emissão foi a obtenção de recursos para construção e implementação da arena multiuso denominada Arena Fonte Nova, tendo como agente fiduciário a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., e como garantia a cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena Fonte Nova, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

Classificação	Vencimento	2023	2022
Emissão Real	2024	8.290	17.093
		8.290	17.093

Circulante 8.290 8.822
Não circulante - 8.271

As amortizações das debêntures iniciaram em 22 de março de 2014, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024. A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo Inicial	17.093	23.765
Juros apropriados	2.053	3.120
Amortização	(8.802)	(6.731)
Pagamento de juros	(2.100)	(3.135)
Apropriação dos custos de captação	46	74
	8.290	17.093

13. TRIBUTOS DIFERIDOS E TRIBUTOS SOBRE CONTRAPRESTAÇÃO

	2023	2022
ISS (a)	26.044	30.888
PIS e COFINS (a)	49.431	58.673
	75.475	89.561
Imposto de renda (b)	57.255	64.266
Contribuição social (b)	20.612	23.136
	77.867	87.402
	153.342	176.963

(a) **Imposto sobre contraprestação** - O Imposto sobre Serviços ("ISS"), PIS e COFINS diferidos são aplicados sobre o saldo do ativo financeiro da concessão e estão sendo realizados pelo efetivo recebimento da contraprestação.

(b) **Tributos diferidos** - Composição de tributos diferidos: Custo de construção (61.998) (78.446)

	2023	2022
Receita de construção e atualização do ativo financeiro	139.691	165.582
Outros	174	266
	77.867	87.402

Passivo de tributo diferido 139.865 165.922
Ativo fiscal diferido - não circulante (61.998) (78.520)
Passivo fiscal líquido diferido - não circulante **77.867** **87.402**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças temporárias ativas (custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais) e passivas (ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures). Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, o que ocorrerá ao longo do Contrato de Concessão.

(c) **Reconciliação da despesa de impostos de renda e contribuição social** - A Companhia reconheceu no exercício de 2020, o Ativo Fiscal Diferido no valor de R\$ 32.244, decorrente da aplicação das alíquotas nominais de IR (25%) e CSLL (9%) - sobre o saldo de Prejuízo Fiscal da Companhia em 30 de junho de 2020, no montante de R\$ 94.835. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia maninha registrado no ativo o montante de R\$ 22.078 de créditos tributários a compensar (31 de dezembro de 2022 - R\$ 23.876). Com base em projeções financeiras do Plano de Negócios do Projeto elaborado pela Companhia, foram estimados lucros tributáveis futuros, com os quais o prejuízo fiscal acumulado deverá ser integralmente compensado no prazo estimado de 05 anos.

	2023	2022
Lucro antes dos impostos	2.443	3.991
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às alíquotas nominais	(831)	(1.357)

	2023	2022
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Prejuízos fiscais sem constituição de ativo diferido	(1.798)	(3.068)
Prejuízos fiscais com constituição de ativo diferido	(709)	(1.179)
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	6.962	(4.777)
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	3.624	(5.781)
Efeito IR e CS no resultado	(5.912)	(10.151)
IR e CS correntes	9.536	4.370
IR e CS diferidos	3.624	(5.781)
Total despesa com IR e CS	3.624	(5.781)

14. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO - CONTRATO DE CONCESSÃO

	2022		2023	
	Saldo inicial	Ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	29.507	(29.507)	13.505	13.505

20 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
	reapresentado	
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	9.769	7.881
Outros	28	1.024
	9.797	8.905
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(9.024)	(12.188)
Juros sobre debêntures	(2.099)	(3.194)
Ajuste a valor presente	(2.405)	(4.212)
Comissões e despesas bancárias	(751)	(447)
IOF	(46)	(37)
Outros	(542)	(1.033)
	(14.867)	(21.111)
	(5.070)	(12.206)

21 LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro

atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	6.067	1.989
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	172.990	154.829
Lucro básico por ação - R\$	0,04	0,01

22 PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos com partes relacionadas apresentaram a seguinte composição:

	2023	2022
Ativo		
Circulante	7.253	-
Consortório Manutenção Arena Fonte Nova (i)	7.253	-
Passivo		
Circulante	658	-
Consortório Manutenção Arena Fonte Nova (i)	658	-

(i) Refere-se a adiantamentos ao Consórcio Manutenção Arena Fonte Nova, formado por empresas pertencentes aos grupos econômicos das acionistas da Companhia, para serviços de manutenção.

23 SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela diretoria para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	Modalidade	Vigência até	Cobertura
Riscos operacionais		18/09/2024	905.674
Responsabilidade civil em geral		18/03/2024	50.000
Garantia de performance da operação		25/07/2024	13.413
D&O		19/10/2024	50.000

24 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia celebrou o contrato com a RYL ROCK YOUR LIFE (Patrocinador), que é legítimo representante titular da marca "Casa de Apostas", para aquisição do "Naming Rights" do Estádio Arena Fonte Nova, pelo qual poderá usar e explorar a marca "Casa de Apostas" no Estádio no período de 01/02/2024 a 31/03/2028, pelo valor de R\$ 34.000 (trinta e quatro milhões de reais).

DIRETORIA

Dênio Dias Lima Cidreira
Diretor Presidente

José Eduardo Lobo R. Ferreira
Diretor Financeiro

CONTADOR

Carlos Augusto Oliveira dos Santos
CRC BA 042530/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da **Fonte Nova Negócios e Participações S.A.**, Salvador - BA

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da **Fonte Nova Negócios e Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fonte Nova Negócios e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases - Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(c) e 1(d) às demonstrações contábeis, e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da denominada Operação Lava Jato, que envolvem ex-executivos e empresas do Grupo Novonor e Grupo METHA (atuais denominações do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS), controladoras em conjunto da Companhia. Os referidos Grupos assinaram Acordo de Leniência com o poder público se comprometendo a pagar os montantes de R\$ 1.929.257 e R\$ 310.174, e R\$ 3.828.000, Grupo METHA e Grupo Novonor, respectivamente, como penalidades decorrentes do resultado destas investigações. A diretoria, neste momento, entende que possíveis efeitos desses acordos firmados pelos citados grupos econômicos, não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas controladoras, não foram consideradas

nas demonstrações contábeis, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Contrato de Parceria Público-Privada com o Estado da Bahia** - Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 01(e) às demonstrações contábeis, que menciona o envolvimento da Companhia como polo passivo no Processo TCE/000490/2010, movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), alegando a existência de irregularidades envolvendo a licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE - BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de Parceria Público-Privada. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou impairment de ativos que reflitam eventuais impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 - Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 5, em relação as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em relação ao saldo de abertura em 1º de janeiro de 2022, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para refletir a retificação de erro, conforme estabelecido na NBC TG 23 (R2) - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 5, que foram efetuados para alterar às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Principais assuntos de auditoria - Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro da concessão - Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, a Companhia possui um ativo financeiro junto ao poder concedente decorrente dos investimentos realizados na demolição e construção da nova arena multiuso, passando a ser devida pelo poder concedente à Companhia, a contraprestação que será paga em 180 parcelas, mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto para abril de 2028.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo

em vista que a maior parte da receita decorre da atualização do ativo financeiro, bem como o saldo do ativo financeiro da concessão representa mais de 85% do total do ativo da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto - Nossos procedimentos de auditoria para o ativo financeiro da concessão incluíram, dentre outros: (a) entendimento dos controles associados ao ativo financeiro da concessão; (b) avaliação da exatidão e integridade do saldo do ativo e dos reflexos de sua mutação no resultado; (c) recalculo dos valores com base nos indicadores contratuais e de mercado; (d) verificação do registro a valor recuperável do ativo; e (e) avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas às demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o registro do ativo financeiro da concessão e seus reflexos no resultado estão adequados, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.